

HÁ PSICANALISTA SEM ESCOLA? AUTORIZAÇÃO E NOMINAÇÃO¹

Ana Paula da Costa Gomes²

Resumo:

Este artigo tem por objetivo estabelecer as relações da psicanálise em intensão e extensão na formação do psicanalista.

Palavras-chave: Formação do psicanalista. Autorização. Nominação.

Aceitar o indizível, mas, ainda assim, insistir em nomeá-lo. Admitir a existência de uma grande escuridão, mas, mesmo assim, lutar para iluminá-la.

José Castello, *Prosa e verso*.

“Antes de mais nada, um princípio: o psicanalista só se autoriza de si mesmo” (LACAN, 2003, p. 248). Começo este trabalho trazendo esta citação de Lacan, um de seus aforismas mais enigmáticos, que acossa cada analista a responder da sua maneira o que vem a ser a autorização.

O fato é que tal provocação lacaniana, apresentada na *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o analista na Escola* (LACAN, 2003, p. 248), vem acompanhada da seguinte frase: “Esse princípio está inscrito nos textos originais da Escola e decide sua posição”; e de mais estes três parágrafos:

1 Texto apresentado no Colóquio “Dispositivos na Psicanálise”, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 14 e 15 de maio de 2011.

2 Mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ), A.M.E. da Escola Lacaniana de Psicanálise do Rio de Janeiro.

Isso não impede que a Escola garanta que um analista depende de sua formação.

Ela pode fazê-lo, por sua própria iniciativa.

E o analista pode querer essa garantia, o que, por conseguinte, só faz ir mais além: tornar-se responsável pelo progresso da Escola, tornar-se psicanalista da própria experiência (LACAN, 2003, p. 248).

É importante contextualizar esta afirmação, pois percebemos o lugar que Lacan indica sobre a Escola e sobre a Garantia na questão do autorizar-se. É possível uma autorização sem Escola e sem a garantia que o analista pode querer?

Passo, então, a falar, na tentativa de elaboração, do que é este lugar da Garantia numa Escola, e sua relação com as nomeações.

Há quase dois anos faço parte da Comissão de Garantia da ELP-RJ ao lado de minha colega Ana Benjó. Logo que passamos a ocupar tal lugar, algumas saídas de membros ocorreram, e uma questão que se colocou foi como anunciá-las, no um a um, como escrever os nomes destes membros no momento de saída. No um a um de cada caso, uma das saídas não foi anunciada, o que gerou um mal-estar numa assembleia, quando a Garantia foi pertinentemente questionada por tal fato. Faço este relato, pois, no só-depois, modalidade temporal cara à Psicanálise, hoje é possível escutar – ou pelo menos interrogar – se questionar a Garantia não teria sido um apelo à Escola enquanto Outro, quando a Escola é justamente o um a um, da inscrição do nome próprio de cada membro.

Ao nascer, o *infans* recebe um nome que porta as marcas do desejo do Outro sobre ele. Ao ser nomeado, o *infans* porta a possibilidade de inscrição no social, é o caráter simbólico do nome, que carrega uma série de expectativas e idealizações numa visada imaginária. E porta também um real, o qual nem o sujeito a advir nem o Outro que o nomeia têm conhecimento do que está em jogo nesta nomeação. Qual, então, seria a relação entre esta nomeação que o sujeito recebe na sua origem e as nomeações que ocorrem numa Escola?

Importante ressaltar a diferença semântica entre nomear e nominar. Segundo Houaiss, *nominar* é “escolher um nome para, conferir a (algo ou alguém) a designação de, chamar, nomear”. *Nominação* é “a figura retórica que consiste em dar uma denominação a algo que não tenha nome”. Por outro lado, o verbo *nomear*, dentre as várias acepções que suporta, significa: designar pelo nome; dar nome a, chamar, nominar; dar início a algo que não existia, criar, instituir,

designar; fazer a nomeação de alguém para algum posto, cargo; constituir. Podemos concluir que *nomear* contém *nominar*. Já o substantivo *nomeação* refere-se ao ato ou efeito de nomear, designação de alguém para uma função.

Se *nomear* contém *nominar*, proponho, então, para este trabalho, uma distinção entre nomeação e nomeação. O primeiro dirá da ação que dá um nome próprio ao sujeito quando nasce, da qual ele é completamente passivo, como objeto do desejo do Outro. O segundo, a nomeação, destino às categorias da escola, especificamente de A.M.E. e de A.E., que, embora também portem algo do real, dependerão da posição do analista nos tempos de sua formação.

Estas duas categorias encontram-se também designadas no texto da *Proposição* quando, logo no início, Lacan faz uma distinção entre a hierarquia e o *gradus*, que entendemos como o apontamento de que o que está em jogo nessas nomeações não diz respeito unicamente ao que é dado pelo Outro, mas o que cada analista deve sustentar e constituir.

A categoria de A.M.E diz do “analista membro da Escola, constituído simplesmente pelo fato de a Escola o reconhecer como psicanalista que comprovou sua capacidade” (LACAN, 2003, p. 249). Como a Garantia pode reconhecer esta comprovação da capacidade? Através das enunciações do analista sobre a sua clínica nos lugares da Escola: grupos de leitura, sessões clínicas, trabalhos que deem provas da articulação teórico-clínica que sustenta uma psicanálise. Assim, embora esta nomeação parta do Outro, ela depende daquilo que um psicanalista sustenta e de como ele transmite o real desta experiência. Percebemos que há, nesta nomeação, efeitos tanto para quem é nominado como para a Escola como um todo. Para quem é nominado, há um real em jogo, tanto naquilo que ele transmite, como no enigma de querer precisar o que aí está sendo nominado. Há uma inscrição simbólica que nomina o reconhecimento de provas dadas do referido analista. E há os efeitos imaginários, que tanto podem fazer o agora A.M.E se questionar sobre o que este Outro, Escola, quer de mim, quanto fazê-lo sentir-se mais autorizado em suas enunciações. Lacan complementarmente mais tarde seu aforisma que o analista se autoriza de si mesmo e de alguns outros. A categoria de A.E., ou analista da Escola, está relacionada à demanda que um analista faz do dispositivo do passe, o passante, que dará testemunho do seu final de análise. Esta nomeação pode ser dada ou não após o trabalho do dispositivo do passe, mas o que queremos é tratar da diferença de posição nesta nomeação e da relação desta com a nomeação do nome próprio. Tanto a categoria de A.M.E quanto de A.E. dizem da sustentação do desejo do analista em sua

formação, mas, enquanto a primeira é outorgada, reconhecida pelo Outro, sem que o analista a demande, no que concerne à categoria do A.E., trata-se de uma demanda de dar testemunho do que foi o seu percurso de análise e o desfecho desta travessia, indicando que, se o desenlace da transferência analítica de uma psicanálise em intensão se deu, este postulante a A.E relança sua transferência de trabalho na extensão, fazendo avançar os pontos cruciais da psicanálise.

O final de análise e o passe não coincidem, pois, como diz Lacan (2003), embora toda análise seja didática, visto que o término desta é, com efeito, a passagem do psicanalisante a psicanalista, não são todos que, ao chegarem a este fim, se oferecem neste lugar de rebotalho.

Do que se trata, então, no final de análise? No que se refere ao nome, é poder sustentar o real do desejo do Outro, como o impossível de se saber sobre o lugar que foi designado ao sujeito. Poder fazer desta falta do Outro, que nos nomeou, a margem de liberdade e criação, servindo-se desta inscrição simbólica para ir além. Prescindir do pai, na condição de servir-se dele.

Recorto um excerto do filme canadense *Incêndios*, que porta em sua trama trágica o mote das cartas que precisam chegar ao seu destinatário. A primeira carta apresentada no filme é da protagonista dirigida aos seus filhos gêmeos após a sua morte. Ela começa dizendo “A infância é uma faca enterrada na garganta que dificilmente se retira”, para, em seguida, dizer como quer ser enterrada: sem caixão, nua, de costas para o mundo e sem lápide. É preciso que as cartas, letra, cheguem ao destinatário para que ela possa escrever o seu nome na lápide. Só após o encontro dos seus filhos com o real da verdade de sua história é que ela poderá ter seu nome próprio escrito na lápide.

É preciso o tempo de travessia de fantasia para que a posição infantil, de objeto no desejo do Outro, seja cernida e que a faca enterrada na garganta deixe o sujeito apropriar-se da sua voz, fazendo, da falta do Outro, causa de desejo.

O desejo do analista, face real do desejo do Outro, “é um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de se assujeitar a ele” (LACAN, 1973, p. 260). Ou seja, o sujeito inclui o real da perda em seu nome, podendo fazer disso causa.

É a partir deste testemunho, desta passagem pela castração, no dispositivo do passe por conta e risco do analista que aí chegou, que uma nomeação de A.E. pode se dar, nomeação que inclui o real da nomeação do nome próprio do analista em questão.

É preciso consentir na perda do ser para que o nome se inscreva, e é preciso desistir do conhecimento da origem, para poder se apropriar do nome. Nome próprio que carrega, em seu seio, a inscrição significante e o objeto que fomos para o desejo do Outro. É preciso consentir na posição de objeto, simbolizar esta perda, que é sem palavras, para fazer dela causa. Fazer do nome que se recebeu algo próprio. Autoral, autorizar-se de si mesmo.

Inscriver o nome próprio numa Escola é poder apropriar-se do real que está em jogo nesta nomeação, autorizar-se a partir da castração, fazendo da perda inaugural causa de desejo. Desejo do analista.

Desistir da origem é colocar em questão a existência do Outro, que, em última instância, não existe, pois o que temos deste Outro é a palavra que nos foi dada, e a questão é o que faremos deste tesouro dos significantes que nos foi dado. Dada a constatação da inexistência do Outro, o sujeito pode ter uma relação de mais sintonia com o desejo, menos afetado pelas paixões do ser, onde a paixão da ignorância não vela mais a castração de que, na origem, o que temos é a palavra, que, se o ódio do Outro não mata, o amor também não salva. E que cada um funda, sem garantia, assim como Lacan, tão sozinho quanto sempre esteve em sua relação com a causa psicanalítica, a sua Escola.

É só com grande esforço que sustentamos uma posição no mundo. Que sustentamos um nome. Estamos, todos, confinados nas cavernas escuras do singular. Mesmo no mundo das cópias e das reproduções em série, a existência humana se desenrola na primeira pessoa. O plural é só um recurso a que nos apegamos para escapar da solidão (CASTELLO, 2011).

Referências bibliográficas

- CASTELLO, José. "Prosa e verso". *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 de abril de 2011.
- INCÊNDIOS (*Incendies*). Direção: Denis Villeneuve. Canadá, 2010.
- LACAN, J. Proposição de 9 de outubro sobre o analista na Escola (1967).
In ____: *Outros Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- ____. *O Seminário, Livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.